Lição 1

Das disciplinas úteis devem ser aprendidas aquelas que não tornam vil quem as pratica.

> ***1100.*** *Que, na verdade, o legislador deve máximamente velar acerca da disciplina dos jovens, ninguém, decerto, duvidará; pois, nas cidades, não se fazer isto prejudica os regimes políticos. Ora, é preciso educar segundo cada regime: pois o costume próprio de cada regime, que lhe é conveniente, tanto costuma conservar os regimes como os instituiu desde o princípio: por exemplo, o que é democrático, a democracia; e o que é oligárquico, a oligarquia: e sempre o melhor costume é causa de melhor regime.*
>
> ***1101.*** *Além disso, para todas as potências e artes há coisas em que é preciso ser previamente instruído e previamente acostumado, para as operações de cada uma. Por isso é claro que também para as ações da virtude.*
>
> ***1102.*** *Ora, visto que há um só fim para toda a cidade, é manifesto que também é necessário que a disciplina seja uma só e a mesma para todos.*
>
> ***1103.*** *E que o cuidado dela seja comum e não à parte, do modo como agora cada um cuida à parte de seus próprios filhos e com disciplina própria, ensinando o que quer que lhe pareça: mas é preciso fazer comum aquilo que é das coisas comuns, e digno de estudo.*
>
> ***1104.*** *E, ao mesmo tempo, não se deve julgar que algum dos próprios cidadãos seja de si mesmo, mas todos sejam da cidade. Ora, o cuidado de cada parte é apto por natureza a olhar para o cuidado do todo.*
>
> ***1105.*** *E poderá alguém louvar nisto também os lacedemônios: pois têm o máximo empenho acerca dos meninos, e isto comumente. Que, na verdade, portanto, se deve legislar acerca da disciplina e fazê-la comumente, é manifesto.*
>
> ***1106.*** *Mas qual seja a disciplina e de que modo é preciso educar, não deve ficar oculto. Agora, porém, duvida-se pelas obras: pois nem todos julgam que os jovens devam aprender as mesmas coisas, nem para a virtude nem para a vida ótima. Nem é manifesto se é preciso educar mais para o intelecto ou para o costume da alma. E a partir da disciplina que diz respeito à vida ativa a consideração está cheia de perturbação; e a ninguém é claro se é preciso estudar acerca das coisas que tendem à virtude ou acerca do supérfluo. Pois*

todas essas coisas receberam certos juízes; e sobre as que dizem respeito à virtude nada foi concordado; pois nem a mesma virtude todos logo honram. Por isso, razoavelmente se diversificam também quanto ao estudo dela.

1107. *Que, na verdade, portanto, se devem ensinar as coisas necessárias das úteis, não é obscuro; mas que não todas, distinguidas as obras liberais e as não-liberais, é manifesto que se deve participar de tais coisas úteis quantas fizerem o participante não banauso. Pois se deve julgar ser obra banausa esta, e arte banausa esta, e doutrina banausa qualquer que torne inútil, para os usos e as ações da virtude, o corpo dos homens livres, ou a alma, ou o intelecto. Por isso chamamos banausas e mercenárias tais artes, quantas fazem o corpo ser pior disposto, e essas operações; pois tornam a mente sem lazer e deprimida.*

1108. *Ora, é próprio também de algumas ciências liberais participar delas até certo ponto, o que não é não-liberal. Mas aplicar-se muito, até a perfeição, está sujeito aos danos ditos. E há muita diferença também quanto àquilo por causa de que alguém faz ou aprende algo. Pois, por causa de si mesmo, ou dos amigos, ou por causa da virtude, não é não-liberal. Mas quem o faz por causa de outros muitas vezes parecerá agir de modo mercenário e servil. As disciplinas ora apresentadas que educam, como se disse antes, prestam-se a uma coisa ou outra.*

1109. *Ora, são quase quatro as coisas que costumam ensinar: as letras e a luta, e a música, e, em quarto lugar, alguns o desenho: e as letras e o desenho como sendo úteis para a vida e muito bons, a luta como conferindo à fortaleza.*

1110. *Mas acerca da música alguém, decerto, duvidará. Pois agora, na verdade, a maior parte participa dela por causa da deleitação; outros, porém, desde o princípio a instituíram na disciplina por causa da própria natureza buscar (o que muitas vezes foi dito) não só ter ócio retamente, mas também poder ter bem o ócio. Pois este é o princípio de todas as coisas, para que digamos de novo sobre ela.*

1111. *Pois se ambos são necessários, mas o ócio é mais preferível do que a ocupação; e semelhantemente se deve indagar o que fazendo é preciso ter ócio: não, portanto, brincando; pois o brincar seria então o fim necessário da nossa vida. Mas se isso é impossível, e antes é nas ocupações que se devem usar os jogos, pois quem trabalha necessita de repouso, e o jogo existe em razão do repouso, ao passo que a ocupação ocorre com trabalho e fadiga, por causa disso é preciso introduzir os jogos observando o tempo para o seu uso, como quem os administra a título de remédio. Pois tal relaxamento do movimento da alma é repouso, e, por causa do deleite, descanso.*

1112. *Ora, o próprio ócio parece ter em si deleite e o viver bem-aventuradamente; isto, porém, não se encontra nos que estão ocupados, mas*

nos que têm ócio. Pois quem está ocupado não tem ócio em razão de algo como não existente. A felicidade, porém, é o fim, o qual todos julgam existir não com tristeza, mas com deleite. Contudo, não põem todos este mesmo deleite, mas cada um segundo si mesmo e segundo o seu próprio hábito, e o melhor... (Faltando aqui a versão antiga, substituímo-la pela mais recente)

1113. *[Assim, é manifesto que é preciso aprender também algumas coisas para passar o tempo no ócio, e ser instruído, e que estas instruções e disciplinas existem em razão de si mesmas. Aquelas, porém, que se ordenam à ocupação, existem como necessárias e em razão de outras coisas.*

1114. *Por isso os antigos colocaram a música entre as disciplinas, não como coisa necessária. Pois nada tem de tal, nem de útil, como as letras servem para o lucro, para a administração doméstica, para os estudos e para as muitíssimas ações civis. Também a perícia do desenho parece ser útil para julgar melhor as obras dos artífices. Nem serve como a ginástica para a saúde e o vigor; pois nada disso vimos provir da música. Resta, pois, que sirva para passar o tempo no ócio; para o que também parece que ela é empregada; pois aquilo que julgam ser o passatempo dos homens livres, nisso os instruem.*

1115. *Por isso Homero, em seu poema, diz assim: Mas que coisa é ser chamado a uma mesa suntuosamente preparada. Depois, nomeando alguns outros, acrescenta também o citaredo, que a todos encanta. E em outro lugar diz Ulisses que a melhor maneira de passar o tempo é quando, estando os homens alegres, os convivas ouvem o citaredo, sentados em ordem.*

1116. *Portanto, que exista alguma disciplina que os filhos devem ser ensinados não como útil nem como necessária, mas como liberal e honesta, é manifesto. Se, porém, ela é uma em número ou muitas, e quais são estas, e de que modo, dir-se-á depois. Por ora, apenas fique isto pressuposto: que temos, junto aos antigos, um testemunho dentre estas disciplinas que mencionamos; pois a música o manifesta.*

1117. *E também, quanto às coisas úteis, que os meninos devem aprender algumas não apenas por causa da utilidade, como é claro nas letras, mas também por causa de muitas outras disciplinas que se aprendem por meio das letras.*

1118. *Semelhantemente, a perícia do desenho, não para que não sejam enganados ao vender e comprar vasos, mas antes porque faz contemplar a beleza dos corpos. Pois buscar em toda parte a utilidade de modo algum convém aos homens magnânimos e livres.*

1119. *Sendo, porém, manifesto se a disciplina deve ser transmitida pelos costumes ou pela razão, e se primeiro em torno do corpo ou em torno da mente,*

fica claro do que foi dito que os adolescentes devem ser entregues à ginástica e à pedotríbica, das quais uma produz certa disposição do corpo, a outra as operações.

1120. *Ora, as cidades que mais parecem ter cuidado dos meninos, em parte se empenham em induzir neles a compleição dos atletas, com o que deformam os corpos e impedem o seu crescimento. Os lacônios, quanto a isto, não erram, mas tornam ferozes os adolescentes por meio de trabalhos, como se isto fosse sobretudo útil para a fortaleza.*

1121. *Contudo, como já dissemos muitas vezes, aquele que cuida da educação não deve olhar para uma só virtude, nem sobretudo para esta.*

1122. *E ainda que olhem para esta, não a conseguem, pois nem nos outros animais nem nos povos vemos a fortaleza estar presente sobretudo nos mais ferozes, mas antes nos mais mansos e de costumes leoninos. E há muitos povos que se lançam à matança de homens e ao devorá-los, como, em torno do Ponto, os aqueus e os eníocos, e, dentre os do interior, outros povos semelhantes a estes ou mais, os quais povos furtivamente saqueiam por meio de emboscadas, mas para as obras bélicas nada valem].*

1123.*...prevalecendo sobre os outros. Agora, porém, são inferiores aos outros tanto nos combates de luta quanto nos bélicos; pois não diferiam por isto, por exercitarem os jovens desse modo, mas apenas por se empenharem contra os que não se aplicavam a isso.*

1124. *Por isso é preciso combater de antemão pelo que é bom, mas não pelo que é feroz. Pois nem o lobo, nem qualquer outra das feras enfrentaria algum perigo bom, mas antes o homem bom. Ora, os que demasiado abandonam os meninos a isto, e os que os deixam sem pedagogo nas coisas necessárias, tornam-nos vis e, quanto à virtude, úteis à cidade para uma só obra, e nisso piores que os outros, como diz o discurso.*

1125. *Não se deve, porém, julgar pelas obras anteriores, mas por aquelas de agora. Pois agora têm disciplinas contra os que combatem, ao passo que antes não as tinham.*

1126. *Portanto, que se deve usar a luta, e de que modo se deve usá-la, está reconhecido; pois até a puberdade devem-se aplicar exercícios mais leves, rejeitando o alimento forçado e os trabalhos que se ordenam à necessidade, para que não haja nenhum impedimento ao crescimento. E não é pequeno sinal de que estas coisas podem produzir tal efeito. Pois, entre os vencedores olímpicos, alguém encontraria dois ou três varões que venceram os mesmos, tanto como varões quanto como meninos, porque os exercícios forçados retiram dos jovens, contra a vontade deles, a potência das forças necessárias.*

> ***1127.*** *Quando, porém, depois da puberdade, por três anos, se dedicam a outras instruções, então convém submeter a idade seguinte tanto aos trabalhos quanto aos alimentos secos. Pois não se deve trabalhar ao mesmo tempo com o intelecto e com o corpo; pois cada um desses trabalhos é por natureza apto a produzir o efeito contrário, impedindo um ao outro: o trabalho do corpo impede o intelecto, e o deste impede o corpo.*

Depois que o Filósofo declarou de que modo e por quais meios os jovens devem ser dispostos e educados quanto ao corpo, e até o fim da terceira idade, a qual, segundo ele, termina no fim do sétimo ano, agora pretende declarar de que modo devem ser instruídos e dispostos quanto ao intelecto nas duas idades seguintes, que terminam no fim do vigésimo primeiro ano; e, segundo a ordem antes proposta, este livro divide-se primeiramente em três partes. Pois, primeiro, mostra que é preciso ter cuidado dos meninos quanto à disciplina na cidade ótima. Segundo, quando diz, ora, uma vez que, declara que ela deve ser comum. Terceiro, quando diz, qual, porém, seja, declara qual seja ela e de que modo devem ser instruídos nela. Quanto ao primeiro, primeiro apresenta a sua conclusão, dizendo que ninguém que tenha reto uso da razão duvida de que ao legislador que cuida do bem comum da cidade deve, sobretudo, competir ocupar-se em torno da disciplina e da boa disposição dos jovens. Depois, quando diz, pois o costume, prova isto por uma razão. Segundo, quando diz, além disso, por outra. Na primeira parte pretende esta razão. O legislador deve ocupar-se e ter cuidado daquilo que, não feito nas cidades, prejudica e corrompe as repúblicas: pois deve sobretudo visar o bem e a salvação da república. Ora, não cuidar da boa disposição dos meninos e deixá-los acostumar-se naquilo que querem prejudica e corrompe a república. E a explicação disto é que convém a quem governa a cidade acostumar e dispor os futuros cidadãos a cada república segundo o modo que lhe convém, como a matéria à forma. Pois o costume de cada república e a disposição conveniente são o princípio de instituir a república e de conservá-la instituída, assim como a boa preparação da matéria para a forma é o princípio de educir aquela forma ao ser e de conservá-la, uma vez eduzida; como vemos que o costume popular é o princípio de instituir e salvar o estado popular, e o costume de poucos, o estado de poucos poderosos, e semelhantemente nos outros. E sempre o melhor costume é o princípio da instituição e da salvação, ou conservação, da melhor república, assim como a disposição mais excelente da matéria é o princípio da geração da forma mais excelente. Do que é manifesto que a boa disposição e o costume dos jovens em ordem à república a institui e a salva; pelo que, ao contrário, a indisposição deles e a negligência quanto a isto a destroem e a corrompem. Por isso, o legislador deve cuidar da boa disposição, ou disciplina, dos meninos.

Depois, quando diz, além disso, apresenta a segunda razão; dizendo que, além disso, assim como se dá nas outras potências e artes operativas a respeito das operações, assim se dá nas virtudes políticas e na ciência política a respeito das ações políticas. Ora, dá-se nas outras potências e artes que a todas deve preexistir alguma boa disposição da matéria, ou alguma instrução, ou algum hábito. Isto também vemos nas ciências especulativas: pois toda arte e toda doutrina raciocinativa provém de um conhecimento preexistente; e semelhantemente nas operativas, como na arte de tocar flauta: pois quem deve tocar flauta corretamente acostuma-se primeiro em certos prelúdios e rudimentos; e assim também nas outras. Pois é preciso que a matéria esteja bem disposta para a ação, porque os atos dos agentes se realizam no paciente bem disposto. Por isso, nas virtudes e na

ciência política é preciso, para a futura ação reta, ser instruído de antemão, ser habituado e disposto em certas coisas; e disto deve cuidar o legislador, a quem cabe visar o bem e a salvação da república.

Depois, quando diz, ora, uma vez que, querendo provar que é preciso ter cuidado comum dos meninos, prova primeiro que, de todos, na cidade, deve haver uma só disciplina, pretendendo esta razão. De todos aqueles que têm um só fim por si, há uma só disciplina acerca das coisas que se ordenam ao fim, porque a noção daquilo que é para o fim se toma do fim; e daqueles cuja noção é uma, também a disciplina é uma, enquanto tais. Ora, de todos os que vivem na cidade segundo uma só república há um só fim, a saber, o fim da república. Portanto, é manifesto que, de todos, deve haver, por necessidade, uma só e mesma disciplina.

Depois, quando diz, e o cuidado disto, prova que é preciso ter destas coisas um cuidado comum quanto à disciplina. E, primeiro, por razões. Segundo, quando diz, louvará, por exemplo. Quanto ao primeiro, apresenta duas razões, das quais, tocando a primeira, diz que da disciplina dos meninos o legislador deve ter um cuidado único e não dividido, como agora, em algumas cidades, cada um cuida dos próprios meninos segundo o que lhe parece, instruindo-os à parte com a disciplina própria que a cada um parece útil, um numa, outro noutra. E a razão disto é que, daquelas coisas cuja disciplina é uma e comum, convém fazer cuidado e empenho comuns, para que o cuidado seja proporcional à disciplina. Ora, de todos na cidade há uma só disciplina, e uma e a mesma noção, como se provou antes. Logo, de todos se deve fazer um cuidado comum e o mesmo quanto àquelas coisas.

Depois, quando diz, ao mesmo tempo, apresenta a segunda razão, que é a seguinte. O cuidado da parte e a sua disposição devem ser segundo a relação com o todo: quer porque a parte existe por causa do próprio todo, quer porque tem a sua noção e o seu ser a partir dele. Ora, juntamente com o que foi dito, deve-se entender que cada cidadão não é somente de si mesmo, nem existe em razão de si, mas todos são da cidade e existem em razão dela; logo, o cuidado de cada um dos cidadãos e a sua disposição devem ser feitos segundo a relação com toda a cidade e com o bem dela. Portanto, os jovens devem ser cuidados e dispostos segundo o mesmo modo pelo qual toda a cidade é cuidada e disposta para o bem comum. Ora, destas coisas se deve fazer um cuidado comum; logo, também dos jovens.

Depois, quando diz, louvará, manifesta o mesmo por um exemplo; dizendo que razoavelmente poderá alguém louvar os lacedemônios, que são tidos por bem governar nisto, pois dedicam o máximo cuidado e empenho à disciplina dos meninos, e isso não privadamente, mas em comum, julgando bem que a boa disposição comum dos meninos induziria, consequentemente, a uma boa república. Portanto, que o legislador deve cuidar e estabelecer leis acerca da disciplina dos jovens, e que este cuidado e esta disciplina a respeito dela devem ser comuns, é manifesto pelo que foi dito.

Depois, quando diz, qual, porém, declara qual seja aquela disciplina e de que modo devem ser instruídos nela. E quanto a isto, primeiro apresenta o intento e a necessidade da consideração a respeito dele. Segundo, quando diz, que, portanto, prossegue. Na primeira parte diz que ao governante da cidade não deve passar despercebido qual seja esta disciplina comum dos meninos, e de que modo e até onde convém que os meninos sejam instruídos nela. E a razão disto é que

muitos duvidam a respeito dela, como aparece pelas obras e pelas diversas opiniões acerca dela; pois nem todos opinam que os meninos devam ser instruídos nas mesmas disciplinas, nem em ordem à virtude, nem em ordem ao mesmo ótimo; mas uns numa, por exemplo na judicativa ou retórica, outros noutra, por exemplo na medicativa, ou na de exercícios, ou coisa do gênero. Nem sequer é manifesto a todos se convém mais que eles sejam instruídos ou habituados naquilo que pertence ao intelecto, por exemplo nas virtudes intelectuais, ou naquilo que pertence ao costume da alma, isto é, nas virtudes morais, que estão na parte apetitiva dela. Além disso, a consideração acerca da disciplina que se ordena à vida ativa está cheia de perturbação: a saber, qual seja a ótima, à qual mais se deve visar; pois diversos põem coisas diversas, segundo constituem para si diversos fins nas coisas agíveis. Ademais, não é manifesto se mais se deve empenhar em torno das operações da vida ativa, ou em torno daquilo que tende à virtude que é o princípio dela, ou em torno do supérfluo, por exemplo em torno dos deleites sensíveis não necessários; pois diversos opinam a respeito disto coisas diversas, e cada um destes tem os seus próprios juízes. Além disso, acerca das virtudes, qual seja a principal, nada dizem concordemente; pois nem todos honram a mesma como mais principal, mas uns uma, outros outra. Portanto, uma vez que a respeito destas coisas diversos julgam diversamente, e, segundo a diversidade da estimação, segue-se a diversidade do empenho, razoavelmente se diversificam quanto ao empenho nestas coisas; pois cada um se empenha e visa àquilo que estima melhor e mais possível para si. Por isso, razoavelmente se deve considerar qual seja toda a disciplina em torno da qual se deve empenhar, como em torno do ótimo, para os meninos.

Depois, quando diz, que, prossegue. E, primeiro, declara em universal em quais coisas devem ser instruídos, a saber, nas úteis e liberais. Segundo, quando diz, ora, são quatro, declara mais determinadamente quais sejam elas. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que devem ser instruídos nas úteis e liberais. Segundo, quando diz, há também algumas, declara até o quê e em razão de quê. E quanto ao primeiro deve-se entender que é livre o homem que é causa de si mesmo, tanto na razão de causa movente quanto na razão de fim, como se disse antes. Na razão de movente, quando é movido por aquilo pelo qual é homem e que é o principal nele, por exemplo pelo intelecto, prejulgando e ordenando o modo e a razão de agir. E na razão de fim, quando é movido para o bem e o fim dele mesmo segundo aquilo mesmo que é o principal nele segundo o intelecto; e é tanto mais livre segundo a natureza quanto mais é apto por natureza a ser movido por aquilo que é o mais principal nele, e para o fim e o bem dele segundo aquilo mesmo. Ora, diz-se servo o homem que não é apto por natureza a ser movido, por causa da indisposição da matéria, pelo próprio intelecto, pelo qual é determinado, mas pelo intelecto e pela razão de outro; nem tampouco opera em razão de si, mas em razão daquele outro. E quanto menos é apto a ser movido por si e mais por outro e para o fim de outro, tanto mais é servo. Ora, para que seja movido por outro e aja para o fim de outro, requer-se o vigor corporal. E isto razoavelmente acontece; porque, onde falta a virtude do intelecto e da forma, sobra a virtude do corpo e da matéria. E por isso disse Aristóteles no primeiro deste livro que os que vigem em intelecto, ainda que faltem em corpo, são por natureza senhores dos outros; ao passo que os robustos de corpo, faltos de intelecto, são por natureza servos.

E segundo isto foi chamada pelos antigos ciência livre, ou liberal, aquela pela qual o homem, por si, é disposto segundo o intelecto para o fim próprio. Ora, aquela pela qual é disposto em ordem ao bem do corpo por si e aos bens exteriores é servil, porque se ordena ao bem dele enquanto deve servir no homem, como a mecânica, porque de certo modo faz o intelecto adulterar em torno

daquilo que não lhe é próprio enquanto tal. E, entre as livres, é livre no máximo aquela que imediatamente dispõe o intelecto para o fim ótimo; por exemplo, aquela em cuja operação consiste a felicidade; e aquela que mediatamente dispõe o intelecto para ele, menos; como as ciências posteriores, nas quais o saber acontece ordenar-se ao saber na ciência superior, ainda que aconteça buscá-lo por si mesmo. E é a menos liberal entre as especulativas aquela na qual menos se busca o saber por si, e que por mais intermediários se ordena ao bem último do homem. Semelhantemente, entre as servis, é mais serva aquela na qual mais se deprime o intelecto ou a razão em torno das coisas mais úteis e mais estranhas ao homem enquanto homem; como aquela que se ordena aos bens exteriores mais do que aquela que se ordena ao bem do corpo. Contudo, ainda que da liberal no mais alto grau não aconteça usar mal quanto ao uso por si mesmo dela, todavia das posteriores e menos liberais, mesmo quanto ao uso delas por si, isso acontece. Assim como, em torno do fim último do homem, absolutamente, não acontece portar-se mal; ao passo que naquelas coisas que são para ele acontece por vezes usar mal. E isto acontece quando, pela consideração ou pelo exercício nelas, alguém é retirado, ou do fim, ou daquilo que é mais próximo do fim; como acontece que, pela consideração em alguma ciência posterior a respeito de algo menos cognoscível, alguém é retirado da consideração na primeira a respeito do máximo cognoscível.

Visto isto, portanto, supondo Aristóteles que convém que os meninos sejam instruídos nas disciplinas úteis ao fim, como é manifesto, prova que não em todas as úteis, mas nas liberais; dizendo que é manifesto por si que convém que os meninos, numa cidade bem ordenada, sejam instruídos nas disciplinas úteis ao fim da república: pois aquelas coisas que se ordenam a algum fim convém sejam preparadas e dispostas para ele. Ora, os meninos devem ser ordenados ao fim da república; e a disciplina e a instrução são certas preparações deles para ele. E que não convém que eles sejam instruídos em todas as úteis universalmente, mas somente nas úteis e liberais, é manifesto, distinguindo-se as disciplinas em liberais, que por si dispõem o intelecto para o fim, e iliberais, que por si se ordenam ao bem do corpo, como se disse. Mas de tais disciplinas convém que eles participem de quaisquer que, do número das úteis ao fim, por si fazem mercenário o participante. Ora, deve-se entender por operação, arte e doutrina mercenária quaisquer que dispõem mal e inutilmente os corpos dos livres, ou a alma, ou mesmo o intelecto, para os usos e ações das virtudes morais e intelectuais, ou mesmo para o uso da virtude perfeitíssima que é a felicidade; pelo que também chamamos úteis, em sentido baixo, tais artes, quaisquer que dispõem pior o corpo para tais artes, e em cujas operações o intelecto é absorvido, como as artes forenses, ou também as artes em que o corpo se macula, porque, pelo uso delas, tornam a mente não disponível em torno daquilo que é bom para ela por si e a deprimem para aquilo em que não se encontra a perfeição dela segundo si mesma.

Depois, quando diz, há também, declara até o quê e em razão de quê é preciso ser instruído e habituado nas liberais; e diz que, embora a instrução e o uso da primeira e principal virtude devessem ser buscados por muito que fosse e sem termo, todavia participar de algumas ciências liberais, por exemplo daquelas cujo uso se ordena a um uso mais excelente, até certo termo, não é iliberal. Ora, exercitar-se nelas contínua e assiduamente até uma perfeição qualquer é muito nocivo, por causa dos danos mencionados; a saber, porque a inflamação e a consideração contínua nelas retira, ou absolutamente ou em parte, do uso da ótima virtude. E, além disso, é manifesto que estas ciências e o uso delas se ordenam a um fim ulterior. Ora, ainda que o apetite do fim seja infinito, todavia o apetite daquilo que se ordena ao fim não é infinito, mas determinado pelo fim. E

por isso ser instruído e considerar nelas até certo ponto é liberal, a saber, enquanto são úteis ao fim, e não além. Mas há muita diferença quanto ao fim para o qual alguém aprende ou se exercita nelas. Pois, se é pelo ato da virtude mais excelente de si mesmo, não é mau nem iliberal; ou se é também pelo bem da virtude de alguns amigos, porque o amigo é como que outro eu mesmo. Mas se alguém as aprende e opera nelas frequentemente por causa de outros, para daí obter proveito e utilidade segundo os bens exteriores, como muitos dos juristas e dos médicos fazem, será mercenário e servil. Pois se disse antes que é disciplina servil aquela que se ordena ao corpo e aos bens exteriores com depressão do intelecto. E diz quem faz isto frequentemente por causa de outros, porque por vezes é bom usar de tais ciências em favor de outros, às vezes pelo bem de outros apenas, sem utilidade própria, como quando os que têm necessidade não podem ser ajudados oportunamente por si ou por outros; às vezes também pela utilidade própria, para obter um lucro razoável, contudo segundo o que é útil ao fim e ao bem segundo o intelecto, não deprimindo o próprio intelecto no seu uso. Portanto, as disciplinas ou instruções mencionadas prestam-se a ambos, porque acontece usá-las bem em ordem ao fim e mal, como se disse.

Em seguida, quando diz, ora, são, declara determinadamente quais são as ciências convenientes aos meninos. E, primeiro, as enumera de antemão. Segundo, quando diz, quanto à música, declara em razão de quê e de que modo devem ser instruídos nelas. Na primeira parte diz que quase quatro são as disciplinas que os jovens costumam aprender nas cidades que são bem governadas: a saber, a disciplina das letras, isto é, a gramática ou racional universalmente, e a luta, e a música, e a arte do desenho, que é comum à pintura e à escultura, como muito úteis às operações da vida humana, e muito boas segundo si mesmas, enquanto nelas de algum modo se aperfeiçoa o intelecto. A ginástica é útil como coisa que contribui para a fortaleza e o vigor dos jovens.

Depois, quando diz, quanto à música, declara em razão de quê e de que modo devem ser instruídos nelas. E, primeiro, faz isto. Segundo, quando diz, quanto à música, porém, retorna a investigar acerca da música, para que mais apareça a verdade sobre ela. Quanto ao primeiro, primeiro mostra por que e em razão de quê os meninos devem ser instruídos na música. Segundo, quando diz, além disso, em razão de quê na disciplina das letras. Terceiro, quando diz, e também acerca das úteis, em razão de quê na figurativa. Quarto, quando diz, semelhantemente, em razão de quê e até o quê e de que modo na ginástica. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que se disse. Segundo, quando diz, que, portanto, recolhe o que foi dito. Quanto ao primeiro, ainda, primeiro mostra que há certas ciências que convém aprender por causa do deleite no ócio. Segundo, quando diz, por isso a música, etc., a partir disto conclui que a música deve ser aprendida por causa do deleite no ócio, não por causa da utilidade. Quanto ao primeiro, ainda, primeiro toca que a ocupação existe em razão do ócio. Segundo, quando diz, assim é manifesto, etc., a partir do que foi dito conclui o seu propósito. Ademais, na primeira parte mostra que a ocupação existe em razão do ócio que tem deleite segundo si mesmo. Segundo, quando diz, pois se por ambos, etc., que o ócio que está no repouso tem por si a razão de fim, e deve ser buscado não por causa de outra coisa. Terceiro, quando diz, ora, o ócio, etc., mostra que o ócio naquilo que pertence ao intelecto tem deleite segundo si mesmo e razão de fim. Na primeira parte diz que, quanto à disciplina da música, em razão de quê os jovens devem ser instruídos nela, alguém duvidará por causa da diversidade que ocorre a respeito dela. Pois alguns participam dela por causa do deleite que está no sentido. Com efeito, o som musical move proporcionalmente a audição, cuja apreensão é seguida por um deleite sensível; assim participam dela os rústicos. Outros, porém, a instituíram como certa disciplina, a saber, por causa do conhecimento das proporções e da especulação das

próprias harmonias; por isto, porque a natureza humana, segundo o intelecto, apetece, como muitas vezes se disse, não apenas não ter ócio, isto é, realizar retamente as operações extrínsecas, mas também poder bem ter ócio, isto é, tendo ócio das operações exteriores, ocupar-se em torno da especulação. Pois a especulação do primeiro inteligível tem a razão de primeiro princípio nas operações. É, com efeito, o último fim do homem, como se disse antes. Pois, ainda que ambos sejam preferíveis, a saber, não ter ócio, isto é, ocupar-se com as operações exteriores, e ter ócio, isto é, ocupar-se com as interiores, todavia o ócio tem mais a razão de preferível e de bem do que a ocupação. Deve-se, portanto, buscar algum ócio como fim de todas as outras coisas que é preciso fazer em razão dele, como a guerra por causa da paz. E isto foi suficientemente mostrado antes, e no décimo da Ética.

Depois, quando diz, pois se, porque talvez alguém acreditasse que, uma vez que no jogo há certo deleite deleitável, o próprio jogo teria a razão de fim, em razão do qual as outras coisas deveriam ser buscadas. E por isso mostra o contrário disto; dizendo que, embora a ocupação deva ser escolhida por causa do ócio, todavia não por causa daquele que exercemos brincando. Pois, se assim fosse, então o jogo e o exercício nele seriam o fim da nossa vida. Uma vez que, portanto, isto é impossível, pois o jogo é trabalhoso, e muitas vezes acompanhado de tristeza e dano, é manifesto que é inconveniente que o fim da ocupação seja o jogo; e é manifesto que mais se deve visar aos jogos nas ocupações, para que mais possam operar; porque quem trabalha ao operar necessita de repouso para a restauração e a salvação das forças. Pois, de tudo aquilo que tem um tempo determinado para realizar a operação, se o exceder, é necessário que enfraqueça, como o Filósofo diz no livro Do sono; por isso necessita do relaxamento dele. Ora, o jogo existe em razão do repouso, ou é certo repouso. Mas operar as operações exteriores ocorre com trabalho e fadiga, quer por causa do movimento dos membros fora da natureza, quer por causa do consumo dos espíritos. E por isso é preciso introduzir os jogos observando o tempo e o lugar oportuno, e as outras circunstâncias para o uso deles, como se conduzissem ao repouso, e sejam buscados como que em razão do remédio, isto é, da medicina. Para que, assim como a medicina, sendo amarga, conduz à saúde, assim também o jogo, ainda que seja acompanhado de tristeza e trabalho, conduza à restauração das forças. Pois o relaxamento do movimento trabalhoso da alma, por causa do deleite consequente, é certo repouso das forças da alma. Assim, pois, o ócio que está no jogo não tem a razão de fim, mas antes é buscado por causa do repouso da fadiga que está na operação. E tal repouso é buscado por causa da própria operação.

Depois, quando diz, ora, o ócio, mostra que no ócio, nas operações em torno das coisas especuláveis, está a felicidade e o deleite segundo si; dizendo que a operação em torno das coisas especuláveis tem segundo si mesma deleite e felicidade e vida bem-aventurada, como se mostrou antes. Ora, viver bem-aventuradamente não se encontra na ocupação, mas antes no ócio. Pois quem está ocupado, isto é, quem exerce operações exteriores, opera em razão de algum fim que não está naquela operação, mas em alguma ulterior. Como quem faz a guerra opera por causa da paz, e quem corre no estádio corre por causa do prêmio. Ora, a felicidade perfeita tem a razão de fim último, a qual não é com tristeza, mas com deleite excelentíssimo. Pois a operação excelentíssima é seguida pelo deleite excelentíssimo. Uma vez que a operação por si é seguida pelo deleite. Mas esta felicidade e operação nem todos a põem como a mesma, mas diversos põem coisas diversas, segundo a diversidade das estimações e dos hábitos. Pois cada um põe ser felicidade a operação segundo o hábito que estima perfeitíssimo, e o deleite próprio a ela. Segundo a verdade, porém, a operação que é segundo o hábito excelentíssimo é a felicidade; e o deleite

consequente a ela é o excelentíssimo. Ora, aquele hábito é o ótimo, que é segundo a virtude perfeitíssima e a respeito do objeto perfeitíssimo. Pois por estes dois se determina, a saber, pela potência e pelo objeto.

Depois, quando diz, assim é manifesto, conclui do que foi dito que há algumas disciplinas a serem buscadas por causa do deleite que está no ócio; dizendo que, porque no ócio consiste a felicidade, que tem a razão de fim, e o deleite máximo, como se disse. Ora, aquelas coisas que são para o fim devem ser buscadas por causa dele e do deleite que nele está; e se há algumas disciplinas ou instruções ordenadas à felicidade por si, é manifesto que é preciso, para o ócio que está na contemplação e para o deleite que nele está, aprender certas disciplinas e ser instruído nelas, e que estas existem em razão de si mesmas, como boas segundo si mesmas, ainda que valham para a felicidade. Ao passo que aquelas que se ordenam à ocupação, ou às operações exteriores, ou às obras exteriores, são necessárias, ainda que não absolutamente boas segundo si mesmas; assim como os bens extrínsecos aos quais se ordenam são necessários à vida, como certos instrumentos ou matéria, e não absolutamente bons segundo si mesmos.

Depois, quando diz, por isso a música, declara, a partir do que foi dito, que a música deve ser aprendida por causa da instrução e do deleite, não como necessária. E, primeiro, declara isto por razão. Segundo, quando diz, por isso Homero, etc., pelas palavras de Homero. Na primeira parte diz que, por causa do que foi dito antes, os antigos disseram que a música deve ser buscada por causa da instrução e do deleite que está no ócio, e não por causa de alguma utilidade extrínseca. Pois é necessário buscar a música, ou por causa da necessidade dos bens extrínsecos, ou por causa do deleite que está no ócio, e não por causa de alguma utilidade extrínseca. Pois toda ciência é buscada ou por isto ou por aquilo. A especulativa, por causa do deleite que está no ócio; a prática, por causa da obra. Mas ela não deve ser buscada por causa de algo necessário ou útil extrínseco. Pois não é por si útil para a aquisição de dinheiro, ou para a administração doméstica, como a ciência das letras é útil a estas, e ao ensino de outras, e a muitas ações políticas; nem tampouco é útil, como parece ser útil a figurativa, para julgar retamente as obras dos artífices, para que não sejam enganados. Nem tampouco é útil para a saúde e o vigor por si, como a luta. Pois a música não faz por si nenhuma destas coisas, ainda que às vezes o faça por acidente; logo, resta que ela deva ser aprendida por causa do saber e do passatempo que está no ócio, ao que os antigos sábios a ordenaram. Pois o deleite que creem ser dos livres, e no qual dizem que eles se exercitam, faz-se por meio da música, ordenando-a a isto.

Depois, quando diz, por isso Homero, declara isto por três ditos de Homero, que apresenta imperfeitamente. Diz, portanto, que, por causa do que foi dito, Homero, em certo verso, diz assim acerca dela, como que contrariando alguns que dizem ser ela necessária, dizendo que não é assim. Mas acontece deleitar-se nela por si, assim como ser chamado a um banquete é deleitável por si para muitos. E, novamente, em outro verso, dizendo que há alguns outros que dizem que a natureza cantante, isto é, a música, é muito deleitável, como deleitando a todos. E em outros versos introduziu Ulisses dizendo ser esta a melhor delícia dos homens, alegrando-se eles no banquete, se ouvem cantilenas musicais de um citaredo, estando eles, digo, sentados. Ora, no primeiro dito diz ela ter todo deleite absolutamente. No segundo, deleite natural. No terceiro, o ótimo.

Depois, quando diz, que, portanto, recolhe o que foi dito, dizendo que, do que foi dito, é manifesto que há alguma disciplina na qual os meninos devem ser instruídos, não como em algo útil ou necessário por causa dos bens extrínsecos, mas como em algo liberal e honesto segundo si mesmo. Se, porém, ela é uma ou muitas em número, e, se são muitas, quais são elas, e de que modo devem ser aprendidas, determinará depois. Por ora, apenas nos foi manifestado de antemão que temos, dos antigos, certo testemunho de que há algumas instruções dos meninos liberais e honestas segundo si, e que a música manifestamente opera isto.

Depois, quando diz, e também, declara em razão de quê deve ser aprendida a ciência das letras; dizendo que, além disso, é manifesto que os meninos devem ser instruídos em certas disciplinas úteis, não apenas por causa da utilidade das coisas exteriores que delas se segue, mas por causa de que valem para as ciências e para as ações liberais. Como na ciência das letras, que não apenas é útil para os bens extrínsecos, como se disse antes, e por isso deve ser aprendida, mas também porque, por meio dela, acontece fazerem-se muitas instruções em outras ciências, por exemplo aquelas que se fazem pelo ensino, ouvindo de outrem, o que não se dá senão pela linguagem significativa, cuja significação e razão do modo de significar, e, ao mesmo tempo, a ordenação conveniente, ensina a referida ciência.

Depois, quando diz, semelhantemente, declara em razão de quê devem ser instruídos na figurativa. Dizendo que, ao mesmo tempo, convém que os meninos sejam instruídos na figurativa, que sob si contém a escrita e a pintura, ou também a escultura, não apenas para que não sejam enganados ao vender o que é próprio, mas também para que sejam inenganáveis quanto à compra e à venda de vasos universalmente, cujo valor, além daquele que é da matéria, se conhece pela referida arte, o que pertence à utilidade. Ou, antes, devem ser instruídos nela porque, por meio dela, mais podem considerar a beleza dos corpos, que consiste na devida proporção da quantidade dos membros entre si e em relação ao todo, e também em relação à cor, o que é bom e deleitável segundo si mesmo. E em razão disto devem ser mais instruídos os livres e os magnânimos. Pois buscar em todas as coisas a utilidade nos bens exteriores, e aquilo que neles é mais, não convém aos livres e aos magnânimos enquanto tais. Pois os livres são os que vigem em intelecto mais do que segundo o corpo. E por isso visam mais o bem segundo o intelecto do que segundo o corpo, e do que as coisas exteriores. Pois os magnânimos, por inclinação do ânimo e virtude do hábito, inclinam-se para as coisas máximas e mais honoráveis, que são os bens segundo o intelecto; e por isso, a respeito destas, desprezam os bens extrínsecos (donde diz o Filósofo no quarto da Ética que nem o bem-afortunado será alegre, nem o infortunado triste) e também o bem do corpo. Donde diz, no mesmo lugar, que ele é feitor de grandes coisas, e, quando se arrisca em grandes e boas, não poupa a vida; e por isso pertence ao livre e ao magnânimo buscar mais a preeminência nos bens que são segundo o intelecto do que nos bens exteriores, e, segundo o intelecto, amar mais a si mesmo, como o mesmo Filósofo diz no nono da Ética.

Depois, quando diz, sendo, porém, declara em razão de quê, e por quais meios, e de que modo devem ser exercitados na luta, ou agonística. E quanto a isto, primeiro manifesta em razão de quê. Segundo, quando diz, ora, agora, etc., de que modo e em quais combates. Primeiro, portanto, diz: uma vez que, do que se disse antes, já é manifesto se devem ser instruídos primeiro nos costumes que dispõem o apetite, ou naquilo que pertence ao intelecto, a saber, primeiro segundo o apetite, e também primeiro em torno do corpo do que em torno do intelecto; é manifesto que os meninos, nesta idade, devem ser entregues à luta e também à pedotríbica. Das quais a primeira produz uma

boa compleição do corpo para a fortaleza e para o uso das armas. A segunda, porém, bem dirige e regula as operações deles em ordem. Chama-se, porém, pedotríbica a disciplina pela qual o pedônomo dirige as operações dos meninos para a virtude, de paidos, que é menino, e tribe, que é exercício.

Depois, quando diz, ora, agora, primeiro declara em que tipos de combates devem ser instruídos. Segundo, quando diz, que, portanto, etc., em que ordem. E quanto ao primeiro, ainda, primeiro declara que não em trabalhos excessivos. Segundo, a partir disto conclui que devem antes ser instruídos em combates dignos e humanos, quando diz, por isso, o que é bom, etc. Prova o primeiro reprovando a opinião e o uso contrário. O qual primeiro apresenta. Segundo, quando diz, contudo, como, reprova. Na primeira parte diz que agora as cidades que mais parecem ter solicitude do bom hábito dos meninos induzem neles o hábito atlético, isto é, o hábito para o vigor de atleta, exercitando-os em operações trabalhosas, tirando a beleza dos corpos e impedindo o crescimento por causa do excesso de trabalho neles. Pois os lacedemônios, que tiveram grande cuidado deles, pecaram manifestamente neste pecado, tornando-os ferozes em tais operações, como se tal ferocidade contribuísse sobretudo para a fortaleza bélica.

Depois, quando diz, contudo, como, reprova o uso e a opinião destes. E, primeiro, por isto, por exercitá-los apenas para uma virtude. Segundo, quando diz, pois se ambos, etc., por que nem para aquela bem. Donde, na primeira parte, diz que as referidas cidades assim exercitavam os meninos por causa da fortaleza, ainda que seja manifesto, como se disse antes, que não convém que os que hão de bem governar sejam exercitados apenas para uma virtude, mas antes para todas. Pois, se é preciso ter todas as virtudes para a felicidade, como se provou; eles, porém, só os exercitavam para uma. Ademais, dado que baste ser exercitado sobretudo para uma, todavia não para esta que eles opinavam, a saber, para a fortaleza. Pois convém sobretudo exercitar-se para a ótima virtude. Ora, a ótima virtude não é a fortaleza, mas antes a justiça, ou a prudência.

Depois, quando diz, e ainda que para esta, mostra que nem para esta convenientemente os exercitavam, por duas razões, das quais apresenta a segunda quando diz, além disso, sabemos, etc. Na primeira diz que, ainda que convenha que os meninos sejam sobretudo exercitados para a fortaleza segundo a opinião deles, todavia não encontraram bem os combates e os modos de exercitar para ela, exercitando-os em obras que levam à crueldade e à falta de misericórdia, por exemplo em homicídios, rapinas e outras coisas do gênero. E isto aparece porque nem aqueles animais brutos alcançam mais a fortaleza segundo a verdade, os que são mais selvagens e cruéis, por exemplo o lobo ou o dragão, mas antes aqueles que têm costumes mais brandos e leoninos e estão mais habituados às coisas referidas, como o leão, que se diz ser o mais forte dos animais e ter muitas propriedades semelhantes às propriedades de certas virtudes. E certos cães, que também por isto se dizem nobres. Nem tampouco os povos que são mais cruéis e desapiedados têm mais a fortaleza segundo a verdade. Pois muitos se encontram que se inclinam, ou por certa natureza corrompida, ou por costume, a matar homens e comer carnes humanas. Como se dizem os aqueus e os eníocos, e os que habitam em torno do Ponto, como também os tártaros. Semelhantemente, também outros dos povos que não habitam junto ao mar, alguns são semelhantes aos referidos. Alguns, porém, há que se ordenam a fazer rapinas e latrocínios. E, contudo, todos estes participam pouco da fortaleza. Por isso, exercitar-se em tais obras pertencentes à crueldade não é exercitar-se para a fortaleza. Pois a verdadeira fortaleza é um hábito que consiste na mediania que está em torno dos temores e das audácias, tornando o

homem apto a suportar tanto os perigos quanto a morte quando é preciso, e onde, e em razão do verdadeiro bem; segundo a qual é preciso, às vezes, atacar alguns, às vezes fugir, às vezes matar e às vezes poupar. Ora, os exercitados em obras ferozes, ainda que sejam muito agressivos, todavia não o são em razão do bem, não considerando quando e onde é preciso, nem tampouco poupando a quem quer que seja.

Depois, quando diz, prevalecendo, apresenta a segunda razão; dizendo que, além disso, sabemos que os lacedemônios, enquanto se exercitaram em tais trabalhos, prevaleceram sobre os vizinhos, pelejando contra eles; agora, porém, são inferiores a certos outros vizinhos deles nos combates de luta e nos bélicos, não tendo a arte de lutar, nem o modo e a prudência de guerrear, como os outros têm. E por isso não dominam agora. Pois não diferiam antes dos outros, prevalecendo sobre eles, por isto por si, por exercitarem os meninos para hábitos ferozes. Mas porque, exercitados em tais hábitos, pelejavam com aqueles que absolutamente não se haviam aplicado a isso. Pois alguém às vezes prevalece sobre algum outro porque ele mesmo está exercitado para a peleja, e o outro não; ou por causa da inexperiência e do inexercício daquele sobre quem prevalece, ainda que o que prevalece não tenha a arte de guerrear. Agora, porém, os vizinhos deles estão exercitados na arte de luta e na bélica. E por isso prevalecem sobre eles, sendo eles ferozes, mas não exercitados nas referidas artes.

Depois, quando diz, por isso, o que, conclui do que foi dito que os meninos devem antes ser exercitados em combates humanos e nos ordenados à virtude. E, primeiro, faz isto. Segundo, quando diz, não se deve, porém, pelo próprio, etc., remove uma objeção que poderia ser feita. Primeiro, portanto, diz que, uma vez que as referidas cidades não educam convenientemente os meninos, exercitando-os em obras ferozes, é manifesto que é mais conveniente exercitá-los muito de antemão em combates e atos que levam ao bem do que em ferozes; porque nem o lobo, nem qualquer outra fera, por mais cruéis que sejam, se portariam bem ao enfrentar algum perigo bom. Semelhantemente, nem o homem que tem as propriedades deles, por causa do desvio da reta razão para o outro extremo; mas antes o homem estudioso, operando segundo a razão. Ora, quaisquer que permitem que os meninos se exercitem em tais coisas e sem pedagogo nas coisas necessárias tornam-nos sórdidos, isto é, deprimidos segundo o intelecto e mais voltados para o bem do corpo, e dispõem-nos, segundo a verdade, para uma só obra da república, por exemplo para o vigor do corpo, ainda que mais conviesse que estivessem dispostos para muitas coisas ou para todas. E, além disso, para aquela única coisa dispõem-nos muito pior do que os outros, segundo o que a razão ou o discurso disse antes. Mas, porque alguém poderia dizer que o exercício em coisas ferozes seria mais conveniente às cidades, uma vez que os antigos, exercitados em tais coisas, prevaleceram sobre os outros, como os lacedemônios, isto ele remove.

Em seguida, quando diz, não se deve, porém, dizendo que, acerca daquilo que convém às cidades e às repúblicas retas, não devemos julgar de todo pelas obras das cidades antigas e pelas disposições dos homens anteriores, mas antes por aquilo que se faz agora. Pois os antigos pelejavam contra os inexercitados e não habituados às armas, contra os quais não era necessário ter muito exercício e a arte deles, pois, pouco exercitados, podiam prevalecer sobre eles. Agora, porém, os homens estão mais exercitados nos combates e no uso das armas; e por isso as disciplinas e as instruções em tais coisas têm agora, contra tais homens, obra e lugar mais do que teriam antes.

Depois, quando diz, que, manifesta em que ordem devem ser exercitados nestas coisas. E, primeiro, mostra que, até a puberdade, devem continuamente ser instruídos nas mais fáceis. Segundo, quando diz, quando, porém, depois da puberdade, etc., que na idade seguinte devem ser exercitados nas mais intensas, e devem usar alimentos secos mais do que antes. Na primeira diz que, uma vez que do que foi dito é manifesto que os meninos devem ser exercitados na luta, que inclina para os hábitos morais das virtudes, também pode ser manifesto de que modo e em que ordem devem ser exercitados. Pois, até o fim da puberdade, devem ser exercitados em exercícios mais leves e mais moderados, rejeitando deles o exercício violento e os trabalhos que se ordenam à necessidade da vida, que pertencem aos servos; de modo que, pela violência, por tais coisas, não se faça algum impedimento ao crescimento e à boa disposição do corpo. Pois, por trabalhos imoderados, debilitam-se as forças e a compleição. Ora, o sinal de que exercitar-se nas mais fáceis vale para a boa disposição do corpo, ao passo que exercitar-se nas violentas o onera, é que, se supusermos que algum homem exercitado retamente antes encontre dois outros homens exercitados em coisas violentas na juventude, como entre os vencedores olímpicos, acontecerá que este vença aqueles homens já existentes perfeitos segundo a idade, ainda que meninos segundo a força; por causa de que os exercícios violentos e forçados tiraram de tais jovens, na primeira idade, a potência e o vigor.

Depois, quando diz, quando, porém, declara em quais coisas devem ser exercitados na idade seguinte; dizendo que, quando se tornam aptos a outras instruções mais fortes, por exemplo depois da puberdade, ou depois dos três anos seguintes, ou por aí, então convém exercitá-los em exercícios mais trabalhosos, convenientes, todavia, à idade; de modo que, assim como a natureza se aperfeiçoa cada vez mais, assim mais e mais se acrescente aos exercícios proporcionalmente; e então também convém administrar-lhes mais o alimento seco, que mais dispõe para a fortaleza. Mas deve-se acautelar que não se exercitem ao mesmo tempo naquilo que pertence à boa disposição do intelecto e ao bem do corpo por si. Pois contrariam-se mutuamente e operam coisas contrárias; e o trabalho no exercício corporal impede o intelecto, e o trabalho naquilo que pertence ao intelecto impede a disposição do corpo. E a razão disto é que, sempre que duas potências quaisquer se fundam em uma só substância, a intensidade no ato de uma afrouxa a operação da outra, porque toda virtude dividida é menor do que ela mesma unida. Ora, a potência para as operações corporais, por exemplo para o crescimento e a nutrição, e a potência intelectiva pertencem a uma só substância. E por isso a intensidade no ato de uma impede a outra.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:17:11 by Admin
Updated 17 October 2026 18:19:39 by Admin